



Sessão Ordinária da Câmara de São Raimundo das Mangabeiras no dia 17 de junho de 2019.

Foi realizada na segunda-feira, 17 de junho, mais uma Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de São Raimundo das Mangabeiras no ano de 2019. Estavam presentes os vereadores (as): Ailton Costa, Alessandra Alvarenga, Catré, Darleia Oliveira, Emerson Cardoso, Emir Alencar, Irmão Leonardo, Júlio da Foto Layser, Maurício Dião, Nonato da Papelaria e Pedro Violão.

A Sessão contou com a presença do Vereador Asaf Sobrinho, de São Pedro dos Crentes, Presidente da União de Vereadores e Câmaras do Maranhão (UVCM); e do Secretário Municipal de Infraestrutura e Vereador Licenciado, Cobra.

Confira, abaixo, resumos das falas dos vereadores e demais participantes da sessão.

Leonardo de Sousa Santos (PSL)

O Presidente da Mesa Diretora, Vereador Leonardo de Sousa Santos – **Irmão Leonardo** – abriu os trabalhos pedindo que fosse feita a leitura da ata da Sessão Anterior e fez leitura das correspondências.

Foi feita a leitura de convite, enviado pela Prefeitura Municipal, convidando os vereadores para participarem da entrega de lotes no Bairro Cidadão, no dia 18 de junho, às 08 horas.

Foi feita a leitura de ofício do DNIT, em resposta a ofício enviado pela Câmara Municipal, informando que a instalação de lombadas físicas no perímetro urbano só deve ser utilizada quando as demais opções de engenharia de tráfego forem ineficazes. O ofício informa que o município está inserido no Programa Nacional de Controle de Velocidade, que terá continuidade assim que a revisão dos contratos for finalizada.

Asaf Sobrinho – Presidente da União de Vereadores e Câmaras do Maranhão (UVCM) – informou que comparece à Câmara para pedir apoio dos vereadores para que assinem o manifesto de apoio à PEC 56, que estende os mandatos atuais. Destacou que é fundamental a união dos vereadores em prol da PEC. Defendeu que a extensão dos mandatos visa economizar recursos públicos, uma vez que a mesma pretende unificar as eleições, fazendo com que o país deixe de ter eleições a cada dois anos. Informou que esteve com alguns deputados federais do estado que afirmaram que são favoráveis à

PEC. Enfatizou que a economia aos cofres públicos com a PEC pode chegar a 3 bilhões de reais.

Irmão Leonardo informou que a Câmara recebeu o projeto de lei nº 001/2019 no mês de abril, que o mesmo autoriza a doação de terreno à Procuradoria de Justiça do Maranhão. O projeto estava parado para que o poder executivo pudesse adequar o tamanho do terreno, pois o Ministério Público havia se manifestado no sentido de que o tamanho inicialmente proposto era insuficiente para atender às pretensões do Ministério Público. Comunicou que a Prefeitura reviu o projeto de lei e fez a adequação do tamanho do terreno. Informou que, para o projeto ser votado, será preciso fazer uma emenda atualizando o tamanho do terreno, que ficou em 516 m².

Emir Alencar lembrou que a Câmara já havia votado um projeto similar que não atendeu ao que a Procuradoria desejava e que por isso foi enviado este novo projeto, que também veio com um tamanho do terreno inadequado e que agora foi adequado para evitar que ocorresse o que ocorreu com o outro terreno doado. Defendeu que exista uma emenda ao projeto e que o mesmo seja votado nesta sessão.

Foi feita a leitura do requerimento nº 06, dos vereadores Emir Alencar e Emerson Cardoso, solicitando ao poder executivo que encaminhe a relação de todos os contemplados nas três fases de doações de lotes no Bairro Cidadão, bem como relação das pessoas que receberam lotes em áreas destinadas a logradouros públicos e o layout do mapa ou planta baixa das áreas loteadas.

Irmão Leonardo comentou que ele e alguns vereadores fizeram visita ao Bairro Cidadão e que a visita causou preocupação quanto a alguns pontos observados. Comentou que conversou com o prefeito e que o mesmo demonstrou apoio ao que os vereadores constataram na visita ao Bairro.

Irmão Leonardo informou que a Câmara recebeu o Projeto de Lei Nº 04/2019, que trata sobre a municipalização do trânsito. Defendeu que a Câmara promova pelo menos uma audiência pública para debater o projeto. Comentou que o poder executivo estuda a possibilidade de converter o cargo de guarda patrimonial em guarda municipal de trânsito. Salientou que o projeto poderá ser votado em sessão extraordinária durante o recesso ou no mês de agosto, conforme for acordado pelos vereadores.

Irmão Leonardo informou que a Câmara recebeu o Projeto de Lei Nº 05/2019, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos de São Raimundo das Mangabeiras e dá outras providências. Esclareceu que o projeto se deve ao fato de haver muitas ações trabalhistas contra a prefeitura, uma vez muitos contratados buscam a justiça do trabalho para serem reconhecidos como celetistas e não como estatutários. Ponderou que a lei visa garantir mais segurança jurídica ao município.

Grande Expediente

Júlio da Foto Layser (PCdoB)

O Vereador Júlio Cesar Alves Costa – **Júlio da Foto Layser** – comentou sobre a resposta enviada pelo DNIT quanto às lombadas na BR 230. Salientou que a resposta caracteriza-se como um não. Lembrou que foi autor do requerimento solicitando lombadas ao longo da BR 230. Informou que não está contente com a resposta e defendeu uma visita à regional do DNIT, em Barão de Grajaú. Defendeu que se lombadas não forem feitas pelo DNIT, que sejam feitas pelo município. Fez relato de casos de acidentes com vítimas na BR 230 e que isso não pode continuar. Reforçou que esse é um clamor da sociedade e que não se pode calar diante dessa resposta do DNIT.

Júlio da Foto Layser informou que esteve no Povoado Canto Grande, juntamente com outros vereadores, para vistoriarem a ponte que foi recuperada no Povoado, bem como para observarem o andamento da estrada vicinal que dará acesso à Agro Serra. Disse que ficou feliz em ver o andamento da obra, que é de suma importância para o município. Comunicou que a estrada está ficando com uma boa abertura, com bom volume de cascalho e que só está faltando 3 km para a sua conclusão. Ponderou que a estrada é uma parceria entre o Governo do Estado, Prefeitura e Agro Serra, que fará algumas pontes entre o Canto Grande e a Fazenda. Lembrou que a Agro Serra tem um projeto para investir no Povoado Canto Grande, com a construção de 500 casas, sendo que o mesmo pede a parceria do município para a doação do terreno. Informou que toda a área do Canto Grande é do município, quase 500 hectares. Comunicou que foi assinada a ordem de serviço para construção do muro do cemitério do Povoado e que no fundo do cemitério serão abertas as ruas para que seja executado o projeto das casas da Agro Serra, após o projeto de doação do terreno ser enviado à Câmara. Defendeu a medida, pois ajudará a desenvolver o município e a região.

Júlio da Foto Layser informou que a prefeitura iniciará a etapa de distribuição dos lotes dos beneficiários contemplados em 2017. Afirmou que existe preocupação da Câmara e do governo em relação aos lotes. Comentou que a maioria das pessoas que ganharam lotes são pessoas que precisam e que realmente querem morar no Bairro, mas que, infelizmente, existem os aproveitadores, que querem ganhar um lote para vender. Informou que o prefeito vai baixar um decreto para recadastrar todas as pessoas que já ganharam lote, para identificar quem tem mais de um lote e quem já vendeu, pois é proibido a venda desses lotes. Informou que já recebeu muitas informações sobre irregularidades e que o município tem que averiguar as denúncias. Parabenizou os vereadores que foram ao bairro para ver de perto os problemas. Defendeu a moralização das entregas. Lembrou que a maioria dos beneficiários já pagaram as taxas dos lotes e que merecem receber. Disse que defenderá e cobrará para que o município fiscalize o andamento do loteamento, fazendo o cadastramento dos beneficiários. Afirmou que o decreto tem por objetivo fazer um levantamento minucioso, que, inclusive, anulará possíveis vendas de lotes no bairro.

Irmão Leonardo mencionou que procurou junto ao cartório a certidão de inteiro teor da área do Povoado Canto Grande. Disse que a área era 640 hectares, que no ano 2000 o prefeito da época fez a doação ou venda de 45 hectares, ficando 595 hectares, e que, em 2011, foi desmembrado mais 01 hectare que foi destinado para a área do poço. Informou que, atualmente, a prefeitura conta com 594 hectares de terra no Povoado. Comentou que será enviado à Câmara um projeto de lei para que seja autorizado a doação de área para que a Agro Serra construa 500 casas no Povoado.

Emerson Cardoso (PCdoB)

O Vereador Emerson Carvalho Cardoso – **Emerson Cardoso** – comentou que o assunto que está em pauta nos últimos dias na cidade tem relação com o loteamento no bairro cidadão. Mencionou que fez visita ao loteamento, juntamente com alguns vereadores, e que constatou algumas irregularidades. Questionou sobre o que motivou esse comportamento. Salientou que aconteceu uma ausência de fiscalização, de modo que quando os vereadores vieram a ter conhecimento o caso já estava de dimensões astronômicas. Disse que sabe de casos de pessoas que possuem até 20 lotes no Bairro Cidadão. Ponderou que o loteamento foi destinado a pessoas carentes que não possuem lotes, mas que a área está se tornando um latifúndio urbano. Comentou que a situação é complicada. Disse que o povo deve cobrar da Câmara, mas que também devem fazer a sua parte. Mencionou caso de um cidadão que esteve na Câmara e que usou da palavra para apertar os vereadores, quando na verdade, hoje sabe-se que a coisa para esse cidadão não está boa, pois ficou sabendo que esse que criticou os vereadores é um dos que tem quadras e quadras de terra na cidade oriundas de atos questionáveis. Salientou que isso se chama hipocrisia. Mencionou que ficou sabendo de pessoas revoltadas com os vereadores por quererem fazer o que é certo. Comentou que houve omissões para que a situação chegasse onde chegou, e que isso contribui para a corrupção.

Emerson Cardoso comentou que lotes destinados a logradouros públicos foram loteados e que a pessoa que realizou o loteamento sabia que era uma área destinada a logradouro público, mas que mesmo assim loteou, e que essa pessoa terá que dar explicações sobre o caso. Enfatizou que as pessoas que estão fazendo essas coisas erradas estão tão acostumadas que não tem medo de serem punidas, mas que em algum momento a casa vai cair. Mencionou que essas informações foram repassadas pelos cidadãos do município, que deram até os nomes das pessoas. Afirmou que não se pode ainda mencionar os nomes, pois o caso ainda precisa ser investigado, mas é uma situação que incomoda. Disse que esse tipo de conduta precisa parar e que os servidores envolvidos nas irregularidades precisam ficar atentos, pois se essas denúncias forem verdadeiras é preciso que hajam punições.

Irmão Leonardo fez relato de caso de um cidadão, morador do Povoado Vale Verde, que está há muito tempo tentando regularizar um ponto comercial, mas que não consegue fazer com que o setor responsável vá fazer a medição do local. Mencionou que ficou sabendo que um servidor público recebeu 100 reais para ir medir um terreno no

Povoado. Questionou qual o ponto da legislação que diz que um servidor deve receber dinheiro para medir um terreno. Afirmou que isso é corrupção. Mencionou que existem outros fatos que a população vem denunciando e que providências precisam ser tomadas. Comentou que é preciso também acompanhamento da prefeitura quanto aos loteamentos privados, que não estão cumprindo a legislação quanto aos espaços públicos que devem ser garantidos.

Emir Alencar (PDT)

O Vereador Emir Ferreira de Alencar – **Emir Alencar** – parabenizou o Vereador Emerson pelo seu pronunciamento, por ter mostrado preocupação quanto aos rumos de alguns setores da administração e preocupação com os interesses sociais, tendo atuado com isenção. Comentou que também procura atuar com isenção e que reconhece que é preciso que o loteamento do Bairro Cidadão seja feito com respeito à lei. Disse que o loteamento não deve ser destinado somente para virar patrimônio de particulares. Mencionou que a Lei Federal 6.766 de 1999, que disciplina o parcelamento do solo urbano, prevê a execução das obras de infraestrutura e que quando essas não são realizadas o município tem o poder e a competência de ajuizar uma ação e fazer uma intervenção. Comentou que quando o próprio poder público não executa as obras de infraestrutura fica complicado. Ponderou que quando os beneficiários dos lotes receberem o mesmo, começarão a cobrar água e energia, inclusive cobrarão que os vereadores busquem solução para o problema. Defendeu que antes de doar novos lotes, o executivo deve baixar o decreto resgatando os lotes que foram doados e que ainda não receberam construção.

Emir Alencar comentou que na visita ao Bairro Cidadão, constatou-se muitos lotes vazios e a demarcação de lotes em áreas que deveriam ser destinadas a logradouros públicos, o que é um absurdo. Disse acreditar que o problema advém do departamento de tributos.

Emir Alencar informou que conversou com o responsável pela contabilidade do município sobre a questão orçamentária, no tocante aos valores realizados e não realizados e que questionou qual a previsão de receitas próprias do município. Comentou que as receitas próprias geralmente ficam distantes das projetadas. Disse lamentar as inúmeras informações que chagam sobre o comportamento de alguns indivíduos que são responsáveis pela obtenção das receitas próprias do município. Comentou que se existe diferença entre o padrão de vida de alguns servidores e os seus rendimentos é porque existe coisa errada e que isso pode respingar no prefeito, caso seja comprovada alguma atitude ilegal. Disse que a coisa precisa retornar para o campo da decência. Defendeu a realização de sindicância e processo administrativo, que pode vir a culminar em processo judicial. Comentou que o município está sendo prejudicado por determinados atos, pois a sua arrecadação está sendo prejudicada.

Emir Alencar disse que existe a necessidade de distribuir lotes para quem, de fato, tem intensão de construção, necessidade de fazer as obras de infraestrutura no loteamento do Bairro Cidadão e que é preciso coibir a forma como alguns servidores estão agindo.

Pedro Alves de Sousa (MDB)

O Vereador Pedro Alves de Sousa – **Pedro Violão** – comentou sobre a questão do loteamento no Bairro Cidadão. Disse que desde o início da atual gestão tem acompanhado o andamento do loteamento e que observou a existência de atos ilegais, como invasões e comercialização. Defendeu que um dos critérios mais importantes para a entrega dos lotes é o prazo de construção, algo que nunca funcionou, o que favorece atos ilegais, como a venda dos lotes. Defendeu que seja feito um levantamento para saber quem são as pessoas que receberam lotes e venderam. Relatou que recebeu ligação de uma pessoa dizendo que havia conversado com alguém que oferecia um lote no Bairro Cidadão, um lote que ainda não tinha sido entregue a ninguém. Disse acreditar que providências serão tomadas para evitar que esses problemas continuem. Desejou boa sorte a quem vai receber um lote.

Pedro Violão comentou sobre a questão as lombadas na BR 230. Disse que muitas pessoas foram vítimas fatais de acidente na via, inclusive a sua mãe foi uma delas. Comentou que, de acordo com a resposta do DNIT, as lombadas não serão construídas. Defendeu mobilização da população para que as lombadas sejam construídas.

Pedro Violão manifestou que é importante o projeto de construção de casas pela Agro Serra no Povoado Canto Grande. Comentou que a estrada que liga o Morro do Chupé à Agro Serra é algo que vai proporcionar desenvolvimento ao município.

Darleia Oliveira (PP)

A Vereadora Darleia de Oliveira Costa – **Darleia Oliveira** – parabenizou os vereadores Emerson e Emir pelo requerimento quanto a informações do Bairro Cidadão. Comentou que ouviu muitas denúncias sobre o Bairro. Afirmou que busca fazer o seu trabalho com autonomia. Relatou que sabe de pessoas humildes que fizeram o cadastro e que até agora não receberam o seu terreno. Disse que conhece uma pessoa que comprou um terreno e que foi ao setor de tributos para a transferência do mesmo e que um servidor pediu que a taxa fosse depositada em uma conta pessoal do mesmo. Relatou que aconselhou à mesma dizendo que isso não era correto. Ponderou que o papel do vereador é fiscalizar, mas que muita gente não entende e acha que o papel do vereador é atender aos interesses pessoais.

Cobra – Secretário Municipal de Infraestrutura – comentou que se licenciou do cargo de vereador, mas que continua com o mesmo poder de fazer as cobranças devidas ao poder executivo. Disse que ao assumir a Secretaria de Infraestrutura se deparou alguns problemas, mas que atua para deixar o povo satisfeito. Comentou que debateu com o prefeito e alguns vereadores sobre os problemas no Bairro Cidadão. Comentou que é a

favor da entrega dos lotes, mas que o local do lote deve ser destinado primeiro às pessoas que estão aptas a construir. Manifestou preocupação que pessoas recebam lotes longe da estrutura de água e energia, caso a entrega não seja feita primeiro para quem já vai começar a construir. Se colocou à disposição para comparecer à Câmara sempre que os vereadores fizerem convite a ele.

Ordem do Dia

Projeto de Lei nº 03/2019, que trata das diretrizes orçamentárias (LDO). Projeto foi destinado à pauta da Sessão do dia 24 de junho.

Projeto de lei nº 01/2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar doação de terreno urbano com encargos à Procuradoria de Justiça do Maranhão e dá outras providências.

Foi apresentada emenda de plenário ao projeto, atualizando o tamanho do terreno, levando em consideração manifestação do poder executivo sobre o tamanho adequado à construção da sede do Ministério Público no Município. A emenda foi aprovada por unanimidade.

Irmão Leonardo comentou que o Ministério Público manifestou que os recursos para a construção do prédio da promotoria já estão garantidos. Manifestou que isso dar aos vereadores a segurança de que o terreno será doado e que terá o seu objetivo alcançado.

Votação

Ailton Gomes Costa-Sim; Alessandra Gomes Alvarenga Freire-Sim; Ariosvaldo Costa Botelho (Catré)-Sim; Darleia de Oliveira Pereira-Sim; Emerson Carvalho Cardoso-Sim; Emir Ferreira de Alencar-Sim; Maurício Pinto de Sousa-Sim; Pedro Alves de Sousa-Sim; Raimundo Nonato Pereira de Moraes-Sim.

O projeto foi aprovado com 09 votos favoráveis. Ausente o Vereador Júlio da Foto Layser. O presidente só votaria em caso de empate. O projeto segue para a sanção do Prefeito Municipal.

Considerações Finais

Irmão Leonardo agradeceu a presença de todos os vereadores e do público e não havendo mais nada a tratar declarou encerrada a sessão.

As sessões Ordinárias da Câmara Municipal de São Raimundo das Mangabeiras são realizadas às segundas-feiras, a partir das 19 horas, e são abertas ao público.

Às quartas-feiras, é feita a transmissão de resumo das sessões pela Rádio Comunitária FM Rio Neves, a partir das 10:30 horas. A rádio transmite na frequência 87,9 MHz, podendo ser ouvida também pela internet em www.fmrioneves.com.br